

FINALIZAÇÃO DO

Plano da Bacia do Rio Tibagi

CONTRATO Nº 16/2012.

**Produto 07:
Relatório das
Consultas Públicas**

Revisão 0
Outubro/2013



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. INTRODUÇÃO	4
3. METODOLOGIA PARA A CONDUÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO.....	6
4. AS CONSULTAS PÚBLICAS	8
4.1. Estratégia de Abordagem	8
4.2. Atores Participantes.....	9
4.3. Mobilização Social para as Consultas Públicas	13
4.4. Orientação Criativa	16
5. PROGRAMAÇÃO DO EVENTO	17
6. CONCLUSÃO	19



LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1 – Estratégia de abordagem.....	8
Figura 4.2 – Exemplo de Identidade Visual do PBH Tigabi.....	16

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 – Tipologias de Processo de Participação	7
Quadro 4.1 – Principais Atores da Bacia do Rio Tibagi	9



1. APRESENTAÇÃO

O presente documento corresponde ao **Produto 07 – Relatório das Consultas Públicas – Revisão 0** que apresenta a proposta metodológica para a realização das Consultas Públicas na bacia hidrográfica do rio Tibagi elaborada para o *Plano da Bacia do rio Tibagi* relativo ao Contrato nº 16/2012, celebrado entre o Instituto das Águas do Paraná e a Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (COBRAPE).

O contrato visa à finalização do *Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio Tibagi (PBH-Tibagi)*. O Termo de Referência - reajustado pelo *Termo Aditivo Nº1/2013* -, parte integrante do contrato, estabelece os seguintes produtos a serem desenvolvidos:

Plano de Trabalho Revisado

- *Produto 00* *Plano de Trabalho Revisado*

ETAPA 1: Revisão do Diagnóstico

- *Produto 01* *Revisão do Diagnóstico*
- *Produto 02* *Implementação Acquanet*

ETAPA 2: Visão Prospectiva

- *Produto 03* *Cenários Alternativos*
- *Produto 04* *Estudos Específicos*

ETAPA 3: Programa de Intervenções na Bacia

- *Produto 05* *Programa de Efetivação de Enquadramento*
- *Produto 06* *Programa de Intervenções*

ETAPA 4: Consolidação do Plano

- *Produto 07* *Relatório das Consultas Públicas*
- *Produto 08* *Relatório Técnico - Preliminar*
- *Produto 09* *Relatório Técnico - Final*
- *Produto 10* *Relatório Síntese*

Este documento apresenta as etapas que serão realizadas na finalização do *PBH-Tibagi*, com o detalhamento de suas respectivas atividades.



2. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433 no ano de 1997, estabelece que a água seja um bem de domínio público e que a gestão dos recursos hídricos deve privilegiar o uso múltiplo das águas. A gestão desses usos deve ser descentralizada e contar com a participação de usuários, da sociedade civil organizada e do Poder Público. Em 1999, baseada nessa lei, o estado do Paraná definiu sua Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei nº 12.726, onde foram definidos instrumentos para orientar a implementação da Política Estadual e assim atingir os objetivos fixados pela mesma. Um dos instrumentos compreende os Planos de Recursos Hídricos, que são definidos como planos diretores e devem ser elaborados por Bacia Hidrográfica (Plano de Bacia). Dentre os responsáveis pelo acompanhamento da elaboração e execução desses Planos estão os Comitês de Bacias Hidrográficas que são o reflexo da proposição de gestão participativa, já que são formados por atores de diversos grupos de interesse na gestão da água e seus representantes são escolhidos através de eleição entre os próprios membros.

O Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ), criado em 2009 com a finalidade de oferecer suporte técnico para a efetivação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos está constantemente implementando programas e projetos para a gestão de recursos hídricos adequada aos usos múltiplos e apoiando as iniciativas voltadas para a instalação e o funcionamento dos comitês de bacia no estado. Entende-se que para que esta Política Pública Participativa seja implementada com sucesso faz-se necessário, além da educação e conscientização da população acerca da urgência de se utilizar a água com racionalidade, o estudo e a implantação de métodos eficientes de utilização e controle da água, para que tais objetivos sejam atingidos.

No caso do Rio Tibagi, estão avançadas as iniciativas de montar um sistema institucional de gestão participativa. Um comitê foi instalado em 2002 e o presente Plano De Recursos Hídricos vem sendo construído sobre uma base participativa sólida, integrando os atores por meio de processos que permitam compatibilizar critérios técnicos com diretrizes políticas (acordos sociais). É fundamental compreender, desde já, que o esforço institucional será significativo, pois a Bacia envolve vários municípios, com diferentes dinâmicas de uso e ocupação do solo, sendo ainda alguns deles de porte e importância regional expressivos.

Um aspecto altamente relevante do ponto de vista da equipe técnica da Proponente é a influência da organização do uso e ocupação do solo na temática de recursos hídricos com um dos aspectos fundamentais. Considera-se que os atores responsáveis por esta organização (municípios e seus órgãos de planejamento) possuem tanta influência quanto os órgãos gestores de recursos hídricos na capacidade efetiva de gestão da bacia hidrográfica.

Além da composição dos Comitês, a participação pública está prevista, através da Resolução nº 17/01 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, nas etapas de elaboração do Plano de Recursos Hídricos por meio de consultas públicas, encontros técnicos e oficinas de trabalho. A convocação para esses eventos deverá ser realizada de forma ampla para que toda a comunidade fique sabendo desses encontros que deverão proporcionar discussões sobre a realidade da Bacia e das alternativas para solucionar problemas, colaborando assim para um plano mais eficiente.



A trajetória coerente e sustentável de um processo de desenvolvimento comunitário passa necessariamente pela participação ativa e funcional dos agentes envolvidos com o mesmo. A participação popular, assim como a descentralização das decisões, tem se mostrado como sendo o caminho mais apropriado para se enfrentar os inúmeros problemas com a comunidade. É, indubitavelmente, base para os processos produtivos de gestão do território. Da mesma forma a participação é o caminho para a motivação e o entusiasmo do indivíduo, ingredientes necessários para o desenvolvimento de um processo participativo. A participação não deve ser vista apenas como um instrumento necessário para a solução dos problemas e sim como uma necessidade do homem de se auto-afirmar, de interagir com a sociedade, de criar, de realizar, de contribuir.

Pode-se analisar a importância de um processo participativo sob dois enfoques:

- Instrumental: será sempre mais eficaz se for feito em conjunto;
- Afetivo: as pessoas se sentem mais confiantes trabalhando em sociedade.

Participar significa fazer parte de um grupo, tomar parte das decisões e ter parte do resultado. O importante não é o quanto se toma parte, mas o como se faz a participação. Assim, a participação comunitária é um processo mediante ao qual as diversas camadas sociais têm parte no planejamento, na produção, na gestão e no usufruto do benefício gerado com o Plano. Pode-se ainda analisar os diferentes níveis de participação:

- Conhecimento: os dirigentes informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas.
- Consulta facultativa: os dirigentes solicitam opiniões, críticas, ideias para depois decidirem.
- Co-gestão: a administração é compartilhada mediante um colegiado, que também pode fazer deliberações.
- Autogestão: é o grau mais alto de participação, onde o grupo determina suas metas, escolhe os meios e controla sua execução. Nessa fase os membros tomam as decisões e assumem as responsabilidades.

Igualmente, o fortalecimento dos espaços deliberativos tem sido peça chave para a consolidação de uma gestão democrática, integrada e compartilhada. A ampliação destes espaços de participação cidadã promove um avanço qualitativo na capacidade de representação dos interesses e na qualidade e equidade do retorno público às demandas sociais.

3. METODOLOGIA PARA A CONDUÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO

A metodologia para condução do processo participativo de construção do Plano da Bacia do rio Tibagi será embasada na busca por plena abertura para a participação da sociedade civil organizada e da comunidade em geral, de forma a conformar resultados produtivos ao processo de planejamento.

A Mobilização Social tem sido desenvolvida baseada nos agentes multiplicadores identificados no processo de construção do diagnóstico da Dinâmica Social dos municípios da Bacia. Esses agentes serão convidados a participar dos eventos do Processo Participativo, assim como a sociedade civil organizada e a comunidade em geral. Para tanto, serão realizadas 2 (duas) consultas públicas, uma na Unidade Hidrográfica do Alto Tibagi e outra na Unidade Hidrográfica do Baixo Tibagi, nos municípios de Ponta Grossa e Londrina, respectivamente. Os eventos têm como objetivo tornar público o processo de planejamento, discutir alternativas técnicas e colher contribuições.

Conforme apresentado em “Indicadores ambientais e recursos hídricos”, de Antônio Pereira Magalhães Júnior, pode-se classificar os tipos de participação popular em blocos genéricos relacionados aos níveis de relação e engajamento, de acordo com a Tabela a seguir:

De acordo com essa classificação, as consultas públicas têm como objetivo um engajamento bilateral e ativo de intervenção preventiva e provocada com o para se avaliar as reações e opiniões da população, definindo assim as necessidades da mesma que poderão ser levadas em conta na elaboração do Plano. Contudo, o processo proposto procura abranger a Concertação, que por intermédio dos debates e discussões finais busca o consenso entre todas as partes envolvidas.

Para que se chegue a esse passo, inicialmente é necessário estabelecer a relação unilateral e passiva, onde serão apresentados os resultados do plano, de forma a contextualizar, a explicar o mesmo aos presentes, em caráter informativo, educacional e comunicativo.

O quadro abaixo demonstra as tipologias envolvidas em processos participativos, onde se percebe a significativa abrangência das consultas públicas e sua importância.

Quadro 3.1 – Tipologias de Processo de Participação

Tipos de participação					
Nível de relação e de engajamento	Momento de intervenção	Origem da iniciativa	Grau de participação	Estruturas e meios	Objetivo
Unilateral e ativo	Curativa	Espontânea	Contestação	Manifestação, reivindicação, denúncia, alarmismo, recursos judiciais	Retardar ou impedir uma ação
Unilateral e passivo	Preventiva	Provocada	Informação	Publicações obrigatórias, procedimentos formais	Pesquisa de aceitação social, justificativas de ação
			Educação	Formação, informação	Elevação do nível de conhecimento, esforços de persuasão; modificação de atitudes
			Comunicação	Campanha de sensibilização	Conscientização de problemas, busca de aceitação social
Bilateral e ativo	Preventiva	Provocada	Consultação	Audições formais e informais, sondagens, enquetes	Avaliação de reações e opiniões, definição de necessidades
			Concertação	Debates, audições públicas, grupos de trabalho	Busca de soluções consensuais
		Voluntária	Co-decisão	<i>Referendum</i> das decisões	Partilha de poderes
			Co-gestão	Organismo <i>ad hoc</i>	Planificação e gestão conjuntas ou delegadas

Fonte: Magalhães Júnior, A.P. (2007)¹

¹ MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. *Indicadores Ambientais e Recursos Hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa*. Rio de Janeiro, 2007.

4. AS CONSULTAS PÚBLICAS

A Consulta Pública tem o objetivo de apresentar informações sobre os estudos prospectivos e de coletar opiniões e sugestões para as propostas de enquadramento dos corpos d'água e de intervenções na gestão, visando à legitimação das questões referentes ao Plano de Recursos Hídricos. A participação dos diferentes atores sociais na Consulta Pública é fundamental para que o Plano seja utilizado como instrumento de gestão, com intervenções adequadas para a gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Tibagi, conforme determina a Política Estadual de Recursos Hídricos, com base na Lei das Águas.

As Consultas Públicas do Plano da Bacia do rio Tibagi ocorrerão em duas reuniões, uma na Unidade Hidrográfica do Alto Tibagi e a outra na Unidade Hidrográfica do Baixo Tibagi, com sedes prováveis em Ponta Grossa e Londrina, respectivamente. O encontro terá uma Abertura Institucional e a Apresentação do Plano por meio de exposições técnicas cujo objetivo é ser um instrumento de legitimidade e transparência no processo de elaboração da Proposta.

O encontro será uma forma de participação e de controle popular da administração pública, propiciando a troca de informações entre sociedade e administrador, afirmando-se o exercício da cidadania e o respeito ao princípio do devido processo legal. Os encontros terão como principal qualidade a oralidade e o debate efetivo sobre a matéria em pauta, expondo informações que interferem diretamente em direitos coletivos.

4.1. Estratégia de Abordagem

Do ponto de vista técnico, a participação pública nos PRHs revela o protagonismo dos atores da bacia em relação à organização e validação de informações, bem como à tomada de decisão, subsequente ao reconhecimento do problema. Portanto, a estratégia a ser adotada durante a apresentação deverá atender os seguintes objetivos apresentados na figura abaixo, de maneira a cativar e aumentar o interesse dos participantes no processo de participação.

Figura 4.1 – Estratégia de abordagem



Fonte: Elaborado pela Consultora

Demonstrar o conhecimento das perspectivas setoriais é de suma importância, salientando o melhor atendimento aos anseios da sociedade quanto à situação atual e ao futuro dos usos múltiplos das águas e da compatibilidade entre estas perspectivas, no âmbito da gestão das águas e da biodiversidade na bacia do rio Tibagi;

Outros aspectos são fundamentais no processo, como a apresentação da disposição para a integração e a articulação de esforços a fim de se garantir a gestão adequada dos recursos hídricos; expor a definição de metas previamente acordadas e as atribuições institucionais para seu cumprimento, explanando o embasamento técnico se questionado; apresentar a garantia da sustentabilidade político-institucional no cumprimento das diretivas através da apresentação; além de dar as respostas técnicas, institucionais e legais para os problemas diagnosticados na bacia.

4.2. Atores Participantes

Serão convidados a participar das consultas públicas todos os principais atores da bacia, cujas suas atuações estão envolvidas na elaboração do plano, e assumem papel relevante frente à sociedade na garantia de efetivação do mesmo. Abaixo é apresentada a lista dos principais atores inseridos na bacia hidrográfica do rio Tibagi, resumindo suas atuações e os municípios onde estão inseridos.

Quadro 4.1 – Principais Atores da Bacia do Rio Tibagi

INSTITUIÇÃO	ATUAÇÃO	MUNICÍPIO
PODER PÚBLICO		
AGUASPARANÁ	O Instituto das Águas é responsável pelo planejamento e execução de ações e projetos técnicos de proteção, conservação, recuperação e gestão de recursos hídricos superficiais e subterrâneos para preservar e restaurar aspectos quantitativos e qualitativos das águas; monitoramento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos; execução de serviços técnicos de engenharia para controle de problemas de erosão, cheias e inundações, degradação de fundos de vales e poluição das águas; difusão de informações sobre recursos hídricos; elaboração e implantação do plano estadual de recursos hídricos e planos de bacias hidrográficas e funcionamento dos comitês de bacias, além de gerir o fundo estadual de recursos hídricos.	-
SEAB - Secretaria de Agricultura e Abastecimento	A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, é um órgão da administração direta do Estado do Paraná responsável pela execução das políticas públicas voltadas ao setor agropecuário, pesqueiro e de abastecimento.	-
Secretaria da Saúde	A Secretaria de Saúde é responsável direta pela saúde pública.	-

INSTITUIÇÃO	ATUAÇÃO	MUNICÍPIO
Fundação Nacional do Índio	Tem como função a melhorar a qualidade de vida das populações indígenas, promovendo a conservação dos seus recursos naturais por meio da demarcação participativa das terras indígenas.	-
Prefeitura Municipal de Ponta Grossa	Administração	-
Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba	Administração	-
Prefeitura Municipal de Castro	Administração	-
Prefeitura Municipal de Ortigueira	Administração	-
Prefeitura Municipal de Imbituva	Administração	-
Prefeitura Municipal de Ibiporã	Administração	-
Prefeitura Municipal de Cornélio Procopio	Administração	-
Prefeitura Municipal de Santa Bárbara	Administração	-
Prefeitura Municipal de Londrina	Administração	-
USUÁRIO		
SANEPAR	A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - presta serviços de fornecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgoto sanitário e coleta e destinação de resíduos sólidos.	-
SAMAE Ibiporã	O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - é uma autarquia municipal criada na cidade de Ibiporã pela Lei Municipal nº 197 de 6 de Dezembro de 1968 com a finalidade de distribuir água tratada e efetuar coleta de esgoto assim como manter, operar e ampliar os sistemas de água e esgoto da cidade.	Ibiporã
SAMAE Nova Santa Bárbara	O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto é uma Autarquia Municipal, dispondo de Autonomia Econômico-Financeira e Administrativa.	Nova Santa Bárbara
Drenagem e Resíduos - Prefeitura Municipal de Jataizinho	Drenagem e Resíduos	Jataizinho

INSTITUIÇÃO	ATUAÇÃO	MUNICÍPIO
Sanetran Ambiental S/A	A Sanetran Saneamento Ambiental S/A tem como objetivo, prestar serviços de engenharia sanitária.	-
COPEL	A Copel foi criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, além de telecomunicações. Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno e poderoso sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.	-
COROL - Cooperativa Agropecuária Rolândia S.A	Cooperativa Agroindustrial	Rolândia
MILENIA AGROCIÊNCIAS S.A.	A Milenia Agrociências, indústria do segmento agroquímico, com mais de 40 anos de história no agronegócio, possui duas unidades industriais, sendo uma em Taquari/RS e outra em Londrina/PR, além de 12 Regionais de Vendas distribuída no Brasil que operam o sistema comercial da companhia.	Londrina
OCEPAR - Org. das Coop. Do Estado do Paraná	Cooperativismo.	-
FAEP - Feder. Da Agricultura do Estado do Paraná	A Federação da Agricultura do Estado do Paraná-FAEP tem como objetivo o estudo, a coordenação, defesa e representação legal da categoria econômica rural, tal como agricultura e pecuária, buscando soluções para as questões relacionadas aos interesses econômicos, sociais e ambientais do produtor.	-
Associação dos Aquicultores dos Campos Gerais - A.Aq.C.G	Associação	-
KLABIN	Produção de papéis e embalagens	Telêmaco Borba
KAISER	Indústria de bebidas	Ponta Grossa
Cia. Iguaçu de Café Solúvel	Indústria de café	Cornélio Procópio

INSTITUIÇÃO	ATUAÇÃO	MUNICÍPIO
SOCIEDADE CIVIL		
Grupo Ecológico Vida Verde	<p>Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e conscientização pública para preservação do meio ambiente. Promover campanhas para alertar autoridades e a comunidade para manutenção do equilíbrio ambiental e o uso sustentável.</p> <p>Promover e executar pesquisas científicas sobre assuntos ligados ao meio ambiente.</p>	Cornélio Procópio
Meio Ambiente Equilibrado	<p>É referência em questões urbano-ambientais na região.</p> <p>Suporte a agricultores e pequenos produtores rurais que se interessam em preservar e plantar matas ciliares nas propriedades.</p>	Londrina
UNIFIL	Centro Universitário Filadélfia	Londrina
NUCLEAM/UEPG - Univ. Estadual de Ponta Grossa	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Ponta Grossa
Univ. Tec. Federal do Paraná	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	-
UEL - Universidade Estadual de Londrina	Universidade Estadual de Londrina	Londrina
ABES - Associação Bras. De Engenharia Sanitária	Desenvolver e aperfeiçoar as atividades relacionadas com a Engenharia Sanitária e Meio Ambiente, e fomentar a consciência social e as ações que atendam às demandas de conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida da sociedade brasileira.	-
AEAPG - Assoc. dos Eng. E Arquitetos de Ponta Grossa	Defender os profissionais de engenharia no exercício de suas atividades, promovendo e fornecendo aos associados soluções práticas para o exercício profissional ético e qualitativo	Ponta Grossa
SENGE - Sind. Dos Eng. No Estado do Paraná	Representar os engenheiros, lutar por seus direitos e interesses	-
Conselho Indígena do Estado do Paraná		-

INSTITUIÇÃO	ATUAÇÃO	MUNICÍPIO
COPATI - Consórcio para Proteção Ambiental do Rio Tibagi	A preocupação com o dramático índice de degradação ambiental detectado no Rio Tibagi levou municípios, a Klabin e membros da Sociedade Civil Organizada a se unirem para criação de uma Instituição com o objetivo de desenvolver projetos direcionados à conscientização ambiental. Assim nasceu em 21 de setembro de 1989 o COPATI – Consórcio Intermunicipal para a Proteção Ambiental do Rio Tibagi, uma Instituição idealizada muito antes das discussões ambientais ganharem força em nosso país. O COPATI foi um dos primeiros Consórcios Intermunicipais de Bacia Hidrográfica criados no Brasil.	Londrina

Fonte: AGUASPARANÁ (2013), Paraná (2009).²

4.3. Mobilização Social para as Consultas Públicas

Para a mobilização social e divulgação das consultas públicas do Plano de Bacia do rio Tibagi serão utilizados como meios de comunicação: ofícios, convites eletrônicos, cartazes e faixas, prospectos, publicação em site, carros de som, mídia radiofônica e chamadas televisivas, buscando atingir todos os setores de usuários envolvidos no processo de planejamento da Bacia e o máximo de participantes para os eventos a serem realizados.

A mobilização da mídia local e as redes institucionais de educação, pesquisa e gestão deve contar com o apoio das instituições que compõem o arranjo institucional do Plano de Bacia, as quais poderão retransmitir as informações sobre o conteúdo e o calendário das Consultas Públicas. Será elaborado um quadro institucional de referência constando as lideranças setoriais de representação nos fóruns como órgãos colegiados e conselhos gestores.

As técnicas de Comunicação Social e Divulgação para as Consultas Públicas envolverão os seguintes procedimentos:

a) Informações na rede mundial de computadores

O termo “internet” se refere ao sistema de informação global com as seguintes características mínimas: (i) é logicamente ligado por um endereço único global baseado no Internet Protocol (IP) ou suas subseqüentes extensões; (ii) é capaz de suportar comunicações usando o Transmission Control Protocol/Internet Protocol (TCP/IP) ou suas subseqüentes extensões e/ou outros protocolos compatíveis ao IP; e (iii) provê, usa ou torna acessível, tanto publicamente como privadamente, serviços de mais alto nível produzidos na infraestrutura descrita.

² AGUASPARANÁ. **Membros do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.** Disponível em: http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/membros_comite_tibagi____.pdf. Acesso em: 25/10/2013.

PARANÁ. Governo do Estado. **Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi – Módulo 1 – Diagnóstico.** Curitiba, 2009.



A Internet, como rede mundial de computadores interconectados, é o banco de informações acessíveis a qualquer pessoa que a acesse de qualquer parte do mundo. E um dos motivos que torna a Internet tão diferente das outras invenções humanas é o insignificante período de tempo em que ela precisou para ser usada por milhões de pessoas. A eletricidade (1873), por exemplo, atingiu 50 milhões de usuários depois de 46 anos de existência. O telefone (1876) levou 35 anos para atingir esta mesma marca. A Internet (1995), por sua vez, levou apenas 4 anos para atingir 50 milhões de usuários no mundo. A rede em questão tem revolucionado o mundo da comunicação como nenhuma invenção foi capaz de fazer antes. A Internet é, de uma vez e ao mesmo tempo, um mecanismo de disseminação da informação e divulgação mundial e um meio para colaboração e interação entre indivíduos e seus computadores, independentemente de suas localizações geográficas. Representa um dos mais bem sucedidos exemplos dos benefícios da manutenção do investimento e do compromisso com a pesquisa e o desenvolvimento de uma infraestrutura para a informação.

A história da rede envolve quatro aspectos distintos: (i) a evolução tecnológica que começou com as primeiras pesquisas sobre trocas de pacotes e onde pesquisa atual continua a expandir os horizontes da infraestrutura em várias dimensões como escala, desempenho e funcionalidade de mais alto nível; (ii) os aspectos funcionais e gerenciais de uma infraestrutura operacional complexa e global; (iii) o aspecto social que resultou numa larga comunidade de internautas trabalhando juntos para criar e evoluir com a tecnologia; e (iv) o aspecto de comercialização que resulta numa transição extremamente efetiva da pesquisa numa infraestrutura de informação disponível e utilizável.

A influência da Internet atinge não somente os campos técnicos das comunicações via computadores, mas toda a sociedade, na medida em que usamos cada vez mais ferramentas online para fazer comércio eletrônico, adquirir informação e operar em comunidade. O correio eletrônico (e-mail) foi a primeira aplicação da Internet e continua com um valor inestimável, permitindo a comunicação entre duas ou mais pessoas de uma forma extremamente fácil.

A web (ambiente multimídia da Internet) é outra grande aplicação, que mudou a forma de fazer marketing, a forma de atender aos clientes, a forma de fazer negócios, a forma de educar, a forma de aprender. Atendimento online com visualização online, vídeo de alta qualidade, tradução de conteúdo para outros idiomas, prontuário eletrônico de pacientes com acesso descentralizado pela Internet, ênfase na educação à distância a nível de treinamento de cargos ou tutoriais de classes, pesquisas e eleições interativas, são exemplos de serviços que encontraremos na Internet.

Feitas as considerações acima e validando a importância desse meio de comunicação para a sociedade moderna, o Plano de Bacia do rio Tibagi utilizará um canal eficiente na Rede com o objetivo de um alcance global da informação. Portanto, será criado um atalho para a página eletrônica do Plano da Bacia do rio Tibagi nas páginas dos Comitês, dos órgãos gestores e outorgantes e demais instituições gestoras do uso, pesquisa ou proteção. No site do Instituto das Águas, estarão disponíveis todos os produtos elaborados durante o processo de planejamento, permitindo que os participantes dos eventos tenham acesso à documentação parcial elaborada bem como saber com antecedência os temas que serão discutidos nos próximos eventos.

O site disponibilizado também terá função de permitir contribuições on-line, por meio de espaços específicos para perguntas, sugestões e outras manifestações que venham

enriquecer o processo de construção do Plano. Essa ferramenta estará disponível durante o processo de divulgação e após a realização dos eventos, de forma a colher o maior número de contribuições possíveis. A visita ao site também dará acesso a informações sobre a equipe de coordenação do Plano de Bacia do rio Tibagi, agenda e programação de eventos.

b) Ofício

Os atores sociais identificados no setor governamental serão convidados a participar dos eventos e atividades de suas respectivas áreas de planejamento mediante ofício assinado pela Secretaria Executiva do Comitê de Bacia do Tibagi, com no mínimo 20 dias de antecedência do evento.

Os atores sociais do setor governamental são considerados elementos-chave no processo de mobilização social por se tratarem de agentes identificados como multiplicadores, ou seja, com capacidade de ampliar o envolvimento de diversos segmentos da sociedade de forma significativamente abrangente e potencializada.

c) Convite Eletrônico

Em data próxima à realização dos eventos e atividades relacionadas ao Plano de Bacia do rio Tibagi, os atores sociais envolvidos terão sua convocação reforçada mediante envio de Convite Eletrônico como forma de enfatizar e confirmar a realização o evento.

d) Faixa e Cartaz

Serão produzidos cartazes e faixas de exposição ao ar-livre com informes de programação e agenda dos eventos, além da divulgação do site disponibilizado contendo informações mais detalhadas sobre o Plano de Bacia do rio Tibagi. Os cartazes serão encaminhados aos principais parceiros do Instituto das Águas na elaboração do Plano para serem fixados em locais estratégicos de divulgação.

e) Prospecto (Impresso Publicitário / Folder)

Os prospectos serão elaborados de forma a conter uma explicação sintética dos objetivos do Plano de Bacia do rio Tibagi, suas etapas de elaboração e a importância do processo participativo, além de mapas complementares para maior compreensão do tema. Assim como os cartazes, os prospectos conterão informes de programação, agenda de eventos e endereço do site de divulgação. Os impressos publicitários terão ampla distribuição, incluindo mesmos procedimentos adotados para distribuição dos cartazes.

f) Negociação de mídia gratuita em rádios locais, TVs locais (retransmissoras), jornais impressos de circulação regional e municipal;

Além disso, serão elaborados 300 kits a serem entregues no dia das consultas públicas com as informações das ações tomadas durante o diagnóstico e elaboração do Plano de Bacia do Rio Tibagi. Adicionalmente, serão confeccionados 3 banners de divulgação da elaboração dos Planos de Recursos Hídricos e das Propostas de Enquadramento.

Para um eficaz trabalho participativo, o uso de instrumentos e técnicas apropriadas para tal se torna imprescindível, como o uso de um moderador, da visualização móvel, da problematização, da avaliação. O uso desses instrumentos e técnicas em um processo participativo terá resultados propícios ao desenvolvimento da sociedade na medida em que

se tenham profissionais comprometidos, com postura adequada para orientar o processo junto à sociedade e compilar de forma objetiva os resultados alcançados.

4.4. Orientação Criativa

O diálogo visual aplicado às ações que serão desenvolvidas para as consultas públicas deverá ser padronizado conforme o apresentado no Plano, a fim de que se mantenha a identidade visual já adotada no processo de elaboração do Plano. Manter a tipografia, cores e a aplicação dos mesmos elementos gráficos preservará a ligação já iniciada para com a sociedade. Não desvincular essa identidade representa à continuidade do planejamento na visão da sociedade e não criará a falsa ideia da perda de um projeto antigo para a elaboração de um novo. A figura a seguir apresenta o material já elaborado para o Plano de Bacia Hidrográfica do rio Tibagi.

Figura 4.2 – Exemplo de Identidade Visual do PBH Tibagi



Fonte: Elaborado pela Consultora

5. PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Nas consultas públicas pretende-se realizar dois momentos distintos: pela manhã serão realizadas as inscrições e na sequência a apresentação do conteúdo do Plano de Bacia do rio Tibagi. À tarde serão realizadas mesas redondas em que serão formados grupos de trabalho para discussão, questionamentos e formulação de propostas para o Plano. Cada grupo contará com a presença de um técnico para mediação e esclarecimentos além de membros representativos da sociedade quais sejam: setor governamental, sociedade civil e usuários. Após o intervalo será aberto o espaço para a apresentação das contribuições e iniciar-se-á o debate com contribuições, críticas e questionamentos. Como proposta preliminar para a programação do evento tem-se:

- Programação:
- 8h00: Inscrições
- 8h30: Abertura Institucional
- 9h00: Palestra Técnica (parte 1): Contextualização do conteúdo do Plano de Bacia do rio Tibagi
- 10h00: Café
- 10h30: Palestra Técnica (parte 2): Apresentação do conteúdo do Plano de Bacia do rio Tibagi pela COBRAPE
- 12h00: Almoço
- 13h00: Formação dos grupos de trabalho (mesa redonda)
- 13h30: Início das Atividades
- 15h30: Café
- 15h30: Debate: contribuições, críticas e questionamentos
- 17h00: Encerramento

a) Abertura Institucional: para a abertura do evento comporão a mesa e poderão fazer uso da palavra:

(i) um representante governamental de cada município envolvido no processo de planejamento;

(ii) pelo menos um representante do Comitê da Bacia envolvido no processo de planejamento;

(iii) o coordenador do processo de elaboração e Apresentação do conteúdo do Plano de Bacia do rio Tibagi, pelo Instituto das Águas; e,

(iv) um representante da COBRAPE.



b) Palestras Técnicas I e II: Serão ministradas duas palestras técnicas, com objetivo de contextualizar o processo de elaboração do Plano de Bacia do rio Tibagi. Dessa forma, serão apresentados:

- (i) relatório do processo de construção do Plano de Bacia do rio Tibagi; e,
- (ii) diagnóstico, cenários e proposições do Plano de Bacia do rio Tibagi.

O relatório do processo de construção do Plano de Bacia do rio Tibagi deverá ser apresentado conjuntamente por técnicos do Instituto das Águas e da COBRAPE; já o diagnóstico, os cenários e as proposições preliminares do Plano de Bacia do rio Tibagi deverão ser apresentados por técnicos da COBRAPE.

Ao final das palestras técnicas será aberto espaço para que os participantes se manifestem, façam ponderações e arguições. Essas contribuições serão consideradas para o fechamento do documento técnico final.

6. CONCLUSÃO

Espera-se que com as Consultas Públicas o conteúdo do Plano de Bacia do rio Tibagi seja consolidado com a participação de todos os atores estratégicos da bacia, garantido assim que eles se identifiquem com o Plano e se sintam representados pelo produto final a ser elaborado, já contemplando as contribuições recebidas, e posteriormente divulgado. Essa participação garantirá o caráter de gestão múltipla dos recursos hídricos definida pela Política Estadual de Recursos Hídricos.

